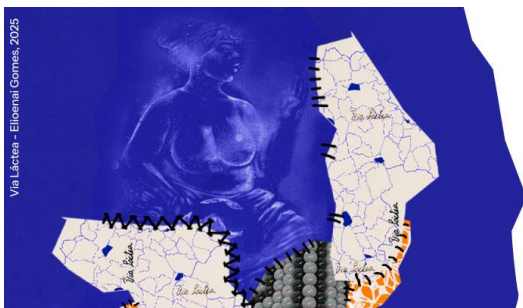


**“ANGÁ YBY”, A ALMA DA TERRA****“ANGÁ YBY”, THE SOUL OF THE EARTH****Francisco Clever Ferreira Lobato Junior¹****UFPA****JOÃO CARLOS CUNHA DERGAN²****UFPA**

Resumo “Angá Yby”, A alma da Terra, é uma obra artística que une dança, teatro, fotografia e audiovisual para fazer o convite à reflexão sobre a crise ambiental e a relação da humanidade com a Terra, destacando a Mãe Terra como um útero gerador da vida. A obra aborda a necropolítica ambiental, criticando políticas que destroem ecossistemas e ameaçam povos tradicionais, especialmente indígenas. O artigo discute as violências enfrentadas pelos povos originários e o papel da arte como meio de denúncia. Achille Mbembe analisa a necropolítica como a gestão da morte pelo poder político, que decide quem deve viver ou morrer, refletindo a interconexão com o capitalismo contemporâneo. Deleuze e Guattari introduzem o conceito de “máquinas de guerra”, que emergem na África devido à extração de recursos naturais, ligadas a redes transnacionais. Neste contexto, a metodologia de autoetnografia pode ser aplicada para explorar a interseção entre experiências pessoais e questões culturais. A autoetnografia combina elementos da etnografia e da autobiografia, permitindo que o pesquisador reflita sobre suas próprias vivências em relação a temas como a violência contra os povos indígenas e a destruição ambiental. Através de narrativas pessoais e reflexões críticas, o pesquisador pode conectar suas experiências a

¹ Multiartista, pessoa com deficiência, bolsista do projeto de pesquisa e extensão Memórias da dança na Amazônia Paraense, Entre rios e arquipélagos o conhecimento dança se faz presente, especialista comunicação e artes, <http://lattes.cnpq.br/3412905857043373>

² Professor efetivo da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordena os projetos de pesquisa Memórias da dança na Amazônia Paraense, Entre rios e arquipélagos o conhecimento dança se faz presente, é artista da cena paraense, pessoa com deficiência, ativista ambiental e educador antirracista defende a tese que a dança é uma arte política.



fenômenos sociais mais amplos, proporcionando um entendimento mais profundo das dinâmicas culturais em jogo. Assim, “Angá Yby” não apenas denuncia as violências contra os povos indígenas, mas também propõe uma reflexão sobre a resistência e a luta por justiça ambiental e social através da arte, destacando a importância da autoetnografia performática como ferramenta para aprofundar essa discussão.

Palavras-chave: Autoetnografia performática, necropolítica, povos, indígenas, terra

Abstract: “Angá Yby”, The Soul of the Earth, is an artistic work that combines dance, theater, photography, and audiovisual media to invite reflection on the environmental crisis and humanity’s relationship with the Earth, highlighting Mother Earth as a womb that generates life. The work addresses environmental necropolitics, criticizing policies that destroy ecosystems and threaten traditional peoples, especially Indigenous communities. The article discusses the violence faced by Indigenous peoples and the role of art as a means of denunciation. Achille Mbembe analyzes necropolitics as the management of death by political power, which decides who should live or die, reflecting its interconnection with contemporary capitalism. Deleuze and Guattari introduce the concept of “war machines,” which emerge in Africa due to the extraction of natural resources, linked to transnational networks. In this context, the methodology of autoethnography can be applied to explore the intersection between personal experiences and cultural issues. Autoethnography combines elements of ethnography and autobiography, allowing the researcher to reflect on their own experiences in relation to themes such as violence against Indigenous peoples and environmental destruction. Through personal narratives and critical reflections, the researcher can connect their experiences to broader social phenomena, providing a deeper understanding of the cultural dynamics at play. Thus, “Angá Yby” not only denounces the violence against Indigenous peoples but also proposes a reflection on resistance and the struggle for environmental and social justice through art, highlighting the importance of performative autoethnography as a tool to deepen this discussion.

Keywords: Performative autoethnography, necropolitics, peoples, Indigenous, Earth

1. Introdução

A obra “ANGÁ IBY”, A ALMA DA TERRA, É um convite à reflexão sobre a crise ambiental e a relação da humanidade com a Terra, compreendida como Mãe Terra, útero gerador da vida, traz-se para o campo artístico a denúncia contra práticas de destruição dos ecossistemas e violências impostas aos povos originários, a obra insere-se em um debate urgente sobre justiça ambiental e social. Este artigo busca analisar a obra a partir da articulação entre necropolítica ambiental, e autoetnografia performática como método de reflexão crítica e poética.



Achille Mbembe (2018) define a necropolítica como a gestão da morte pelo poder político, que decide quem deve viver e quem deve morrer. Quando este conceito é transposto para o campo ambiental, torna-se evidente como políticas estatais e empresariais estabelecem territórios de sacrifício, onde povos indígenas e comunidades ribeirinhas são forçados a conviver com a degradação lenta de seus modos de vida. A necropolítica ambiental, portanto, não se limita à morte física imediata, mas se materializa em formas de morte lenta, como a contaminação das águas, a devastação de florestas e a supressão cultural.

“Há mais de dois mil anos, comunidades humanas já estabeleciam suas aldeias nas margens do Tapajós. E hoje nossos parentes Munduruku e Sateré-Mawé seguem buscando defender o corpo desse rio dos aparatos de infraestrutura que o governo teima em implantar, além do assédio do garimpo, das madeireiras e outras violências. Soube que, nessa mesma região, ribeirinhos tiveram que suspender as atividades que nutrem suas famílias, pois os peixes estão doentes, têm o que eles chamaram de ‘urina preta’. Eles começaram a cogitar criar peixes em açudes, tanques e pesqueiros a fim de substituir a pesca natural que era feita nos igarapés — esse manancial de vida, comida e fartura que nós estamos destruindo.” (KRENAK, 2022)

Esse trecho de KRENAK, é profundamente revelador porque conecta tempo histórico, memória coletiva e crise ambiental contemporânea. Ao lembrar que há mais de dois mil anos comunidades já viviam às margens do Tapajós, ele evoca a longa relação de reciprocidade entre os povos e o rio, uma relação que funda identidades, modos de vida e cosmologias. Essa memória contrasta com o presente, marcado pela ação predatória de grandes projetos de infraestrutura, garimpo e exploração madeireira, que convertem o rio antes manancial de fartura em um corpo vulnerável.

A denúncia sobre os peixes contaminados pela chamada “urina preta” evidencia como a necropolítica ambiental, opera na prática: a morte não chega apenas pelo massacre direto, mas também pela degradação das condições de subsistência. Quando ribeirinhos precisam cogitar substituir a pesca tradicional por tanques e açudes,



significa que a vida está sendo empurrada para a lógica artificial do mercado, rompendo o elo ancestral entre comunidades e natureza.

Krenak (2022), nesse sentido, aponta para a contradição do progresso: em nome do desenvolvimento, o que se destrói são as bases da vida. O Tapajós, compreendido como “corpo”, não é apenas um recurso hídrico, mas uma entidade viva, espiritual e social. Atacar o rio é atacar a própria comunidade, seus rituais, sua memória e sua capacidade de existir.

Assim, essa citação pode ser lida como uma denúncia contra a lógica extrativista e necropolítica, mas também como um chamado à reflexão: ou a humanidade reconhece o rio como sujeito vivo e parte constitutiva de nossa existência, ou estará decretando sua própria morte ao transformar um manancial milenar em esgoto e mercadoria.

Essa cena concreta ilustra o que Mbembe descreve como a condição necropolítica: populações inteiras submetidas à precarização da existência, condenadas a viver em um estado de morte em vida. O rio, antes visto como fonte de abundância, é transformado em corpo vulnerável pela ação de políticas que privilegiam a lógica do capital em detrimento da vida. Trata-se da falácia do progresso, que deslegitima modos de vida tradicionais e naturaliza sua criminalização, ao mesmo tempo em que impõe às comunidades o peso da adaptação a um sistema que destrói seus territórios.

Deleuze e Guattari (1980) apresentam o conceito de máquinas de guerra, que, em sua origem, remetem à resistência contra forças centralizadoras. Contudo, este conceito pode ser transposto para compreender a lógica contemporânea de exploração dos recursos naturais. No contexto amazônico, esse quadro se atualiza no garimpo, na monocultura e na grilagem de terras, dispositivos que funcionam como engrenagens de extermínio contra povos tradicionais, territórios e modos de vida.

Ailton Krenak alerta para o fato de que “o que vemos nesse homem é o exercício da necropolítica, uma decisão de morte. É uma mentalidade doente que está dominando o mundo” (KRENAK, 2020). Essa afirmação põe em evidência a cisão histórica entre o *homem-natureza*, aquele que reconhece sua condição de parte da Terra e vive em



reciprocidade com ela, e o *homem dominador*, que transforma a Terra em mero recurso a ser explorado. No primeiro, predomina o sentido de comunhão, cuidado e pertencimento a um cosmos vivo; no segundo, sobressai a lógica de apropriação, mercantilização e destruição.

Ampliar esse debate implica reconhecer que essa cisão não é apenas filosófica, mas política e histórica. Achille Mbembe (2018) demonstra, ao tratar da necropolítica, que o poder contemporâneo não apenas administra a vida, mas define quem pode viver e quem deve morrer. Transposta para o campo ambiental, essa lógica significa que territórios inteiros rios, florestas e comunidades são transformados em zonas de sacrifício, onde a degradação não é acidente, mas estratégia. Assim, o homem dominador, ao escolher o lucro em detrimento da vida, exerce uma política da morte que atinge tanto os povos quanto a própria Terra.

Nesse contexto, a necropolítica ambiental se alia ao que Deleuze e Guattari (1980) chamam de máquinas de guerra: dispositivos extrativistas que, embora justificados em nome do progresso, operam como instrumentos de extermínio. Garimpo, monocultura e desmatamento são expressões dessa engrenagem, que não apenas degrada ecossistemas, mas corrói modos de vida ancestrais. O homem dominador, ao ativar essas máquinas, reforça um sistema que naturaliza a destruição.

Por outro lado, o homem-natureza ressurge como horizonte de resistência. Nas cosmologias indígenas evocadas por Krenak, a Terra é útero, rio é corpo, floresta é casa. Essa perspectiva rompe com a centralidade do humano e insere-o em uma trama de interdependências. Recriar mundos possíveis, como lembra Krenak em outro momento, exige “mergulhar profundamente na terra”, ou seja, deslocar-se do lugar de dominador e reaprender a escutar as presenças silenciadas rios, árvores, encantados, animais que também constituem a vida.

Dessa forma, o contraste entre homem-natureza e homem dominador não é apenas uma dicotomia ética, mas a chave para compreender a crise ambiental contemporânea. O futuro da humanidade dependerá de qual desses paradigmas prevalecerá: o da comunhão e do cuidado ou o da necropolítica e da destruição.



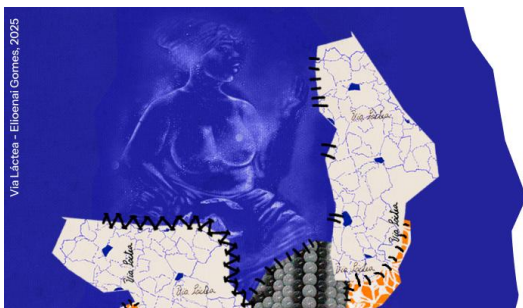
Essa cisão se torna ainda mais clara quando Krenak denuncia: “Acontece que, ao transformarmos a água em esgoto, ela entra em coma e pode levar muito tempo para que fique viva de novo. O que estamos fazendo ao sujar as águas que existem há dois bilhões de anos é acabar com a nossa própria existência. Elas vão continuar existindo aqui na biosfera e, lentamente, vão se regenerar, pois os rios têm esse dom” (KRENAK,). O que está em jogo, portanto, não é somente a morte da Terra, mas a erosão das condições de sobrevivência da humanidade.

Nesse mundo marcado pela destruição, somos convocados a repensar nossos caminhos. Como lembra Krenak, “estamos vivendo num mundo onde somos obrigados a mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de recriar mundos possíveis. Acontece que, nas narrativas de mundo onde só o humano age, essa centralidade silencia todas as outras presenças” (KRENAK, [ano], p. [número]). Essa centralidade do humano, que se coloca acima da Terra e dos outros seres, é precisamente o que sustenta a mentalidade necropolítica e extrativista.

O *homem que mata o planeta* se encaixa nesse cenário: ele produz tecnologias que intensificam a destruição, transforma rios em resíduos, florestas em pastagens, povos em populações descartáveis. Já o *homem-natureza*, representado nas cosmologias indígenas, insiste em outro paradigma: aquele em que a Terra é mãe, rio é corpo, floresta é casa. Essa tensão revela que a crise ambiental é, antes de tudo, uma crise de imaginação política. Persistir no modelo da necropolítica e extrativista é escolher a morte coletiva; retomar a comunhão com a Terra é afirmar a possibilidade de sobrevivência e de justiça para todas as formas de vida.

2. A ALMA DA TERRA – AUTOETNOGRAFIA PERFORMÁTICA

Angá Yby é uma obra idealizada e dirigida pelo artista Carlos Dergan, pessoa com deficiência, que a concebe como um ato poético ancorado nas denúncias contra as violências e desrespeitos sofridos pelos povos originários “*Voltar a dançar quase aos 60 anos de idade, sem o vigor da juventude, constitui em si um gesto político: um ato de defesa da Amazônia que resiste ao sufocamento imposto pela política de morte que corrói o planeta, levar essa mensagem para o palco foi um desafio, mas também uma convocatória. Escutar os cantos dos pássaros, sentir o vento que sopra e o som*



das águas é reconhecer que esse espírito natural sempre existiu, embora hoje esteja ameaçado pelo avanço dos latifundiários que queimam a floresta e exterminam povos indígenas. Essa experiência é, ao mesmo tempo, bela e agônica: provoca desconforto, mas aceitar o silêncio seria assumir um pacto de cumplicidade com a destruição.

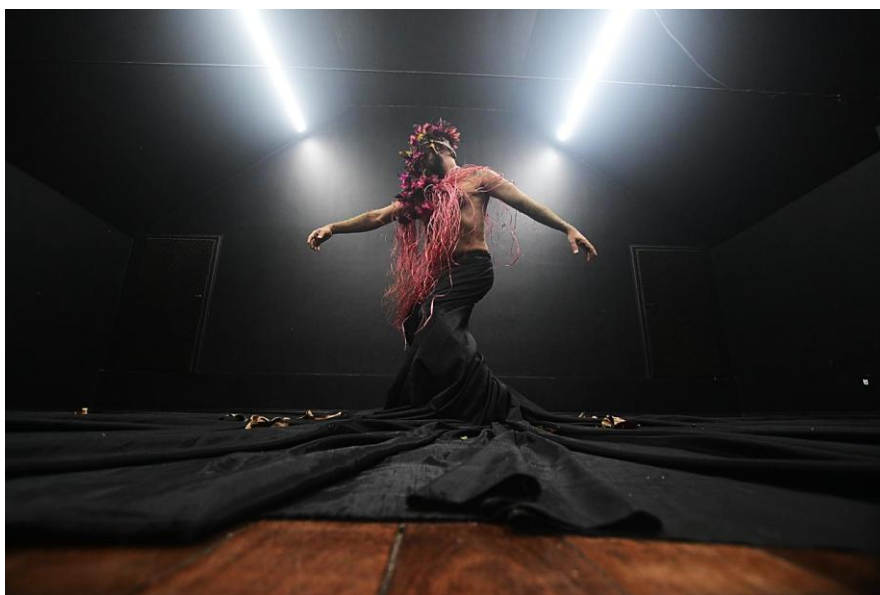
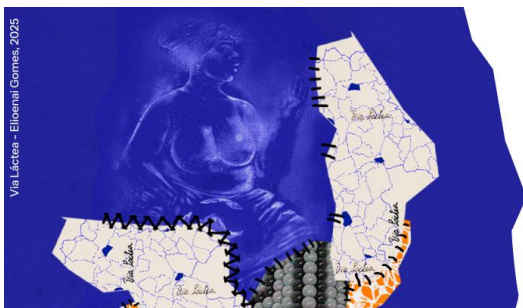


Foto: acervo pessoal, Carlos Dergan

Essa performance, portanto, não é apenas representação estética: é resistência. É corpo que insiste em mover-se, mesmo marcado pela passagem do tempo, para lembrar que a vida não se curva diante da necropolítica. É denúncia e esperança, um gesto que desvela a agonia e, ao mesmo tempo, afirma a necessidade de não se render à morte fabricada pelas engrenagens do progresso.

Neste trabalho performático, os conceitos discutidos não aparecem apenas como referências teóricas, mas se encarnam na própria criação artística. A coreografia, a dramaturgia, a fotografia e o audiovisual não são elementos separados, mas vozes que se entrelaçam, produzindo uma narrativa coletiva. Cada gesto, cada imagem e cada som tornam-se argumentos que denunciam e, ao mesmo tempo, resistem.

Nesse contexto, a presença do ator indígena Rudá Tupi ganha centralidade. Ele não representa apenas um personagem, mas se afirma como a própria voz de um povo que sobrevive às violências históricas do colonialismo e às agressões



contemporâneas do extrativismo, vestido com trajes de guerra e falando em sua língua materna, Rudá encarna em cena a resistência ancestral, atualizando na performance o grito de povos que insistem em existir, mesmo em meio às estratégias necropolíticas que tentam relegá-los ao desaparecimento.

No decorrer da performance a sua fala *“o homem mata a própria mãe, o homem ganancioso não chora a dor da mata e mata a própria espécie por ganância e poder, Não matem a minha Mãe”*, evidencia a crítica direta ao projeto necropolítica sustentado por políticas e governos que priorizam o lucro sobre a vida.

Essa denúncia converge com a análise de Achille Mbembe (2018), ao mostrar que a necropolítica não se limita ao extermínio imediato, mas atua pela degradação lenta de corpos, rios e territórios. Ao mesmo tempo, sua presença performática ressoa em diálogo com Ailton Krenak, ao denunciar a ruptura do homem com a Mãe Terra e a consequente ameaça de destruição da própria humanidade.



Foto: arcevo pessoal, Carlos Dergan

Assim, Rudá Tupi não é apenas ator: é corpo-memória, corpo-voz e corpo-território, a sua presença em cena articula dramaturgia, dança e palavra como dispositivos de resistência, reinscrevendo a cosmologia indígena no espaço performático e convocando o público a ouvir aquilo que a modernidade tenta silenciar. Se a



necropolítica opera pela morte, a performance de Rudá afirma a vida e atualiza a potência de recriar mundos possíveis.

Dessa forma, propor uma abordagem centrada na autoetnografia performática (SPRAY, 2001; ELLIS, 2004), a pesquisa oferece uma forma de investigação que reconhece o corpo como espaço de saber, resistência e criação, articulando vivência pessoal, crítica social e produção estética. Tal proposta contribui de maneira singular ao campo acadêmico, ao tensionar os limites entre teoria e prática, arte e ciência, sujeito e objeto, promovendo a construção de uma epistemologia situada, sensível e transformadora.

É nesse ponto que se articula o campo da autoetnografia performática: não apenas como relato posterior, mas como método vivo, que transforma a cena em campo, o corpo em arquivo e a performance em texto, conjuga-se a memória, denúncia e criação artística, *ANGÁ YBY, A ALMA DA TERRA* desestabiliza fronteiras e se inscreve como gesto insurgente diante da necropolítica que ameaça a Amazônia e os povos que dela fazem parte.

A fotografia e o audiovisual ampliam a experiência da cena, registrando e multiplicando sua potência para além do espaço do espetáculo. Essas linguagens não funcionam como simples registros, mas como dispositivos estéticos que prolongam a voz da obra, transformando a performance em denúncia expandida.



Foto: Junior Clever



O audiovisual criado pelo multiartista Júnior Clever acrescenta uma camada de impacto à cena performática, potencializando a força estética e política do trabalho. Suas imagens rios poluídos, ruas transbordando de lixões, a mata convertida em sangue, não apenas documentam, mas denunciam de forma contundente as consequências da ação humana sobre a Terra.

A performance, nesse sentido, não é fim, mas meio: um dispositivo para ativar memórias, afetos e tensões. Como afirma Denzin (2003), a performatividade permite dramatizar contradições sociais e instaurar espaços de escuta e ressignificação. Assim, ao levar sua trajetória ao palco, seja ele real ou simbólico, o autoetnógrafo performático constrói uma narrativa sensível capaz de comunicar aquilo que a linguagem formal muitas vezes silencia: a dor, a luta, o desejo, o cansaço e a potência de viver um corpo que resiste.

Além disso, a autoetnografia performática articula-se com uma perspectiva decolonial do conhecimento. Ela desafia a lógica da neutralidade e da racionalidade eurocêntrica, ao reconhecer o saber como corporeificado, situado e plural. Dessa forma, ao incorporar a oralidade, o movimento, o silêncio, a repetição e a presença como formas legítimas de enunciação, essa metodologia desloca os cânones da pesquisa científica, abrindo espaço para epistemologias outras ancestrais, periféricas e sensíveis.





Foto: Júnior Clever

Esse recurso audiovisual, ao mostrar a floresta que sangra, não atua como mero pano de fundo, mas como dispositivo crítico que dialoga diretamente com a necropolítica ambiental descrita por Mbembe (2018). A transformação da natureza em esgoto e da floresta em ferida aberta revela a gestão da morte lenta, imposta tanto aos ecossistemas quanto às populações que deles dependem. A mata que sangra traduz, em linguagem visual, a violência contra a Mãe Terra evocada por Krenak, que insiste em lembrar que “o que vemos nesse homem é o exercício da necropolítica, uma decisão de morte”.

Assim, corpo, imagem e som se articulam em uma voz única que ecoa: não matem a Mãe Terra. O trabalho performático, neste sentido, configura-se como metodologia insurgente, que não apenas reflete teoricamente sobre a crise ambiental, mas a inscreve no espaço sensível da arte, convocando o público à escuta e ao engajamento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A performance, quando assumida como arte política, não apenas expõe os corpos à cena, mas os reinscreve em sua dimensão mais profunda: a de seres interdependentes, finitos e inacabados. Como lembra Mbembe (2018), vivemos sob regimes necropolíticos que decidem quais vidas são passíveis de cuidado e quais são descartáveis. Transposta ao campo ambiental, essa lógica revela-se na degradação lenta de rios, florestas e povos, transformados em zonas de sacrifício. A cena performática, nesse contexto, opera como contra-dispositivo, desvelando aquilo que o discurso oficial tenta silenciar.

Ao lado disso, Deleuze e Guattari (1980) nos alertam que as máquinas de guerra, que deveriam ser forças de resistência, foram capturadas por engrenagens de extermínio, operando hoje na forma de garimpo, monocultura e desmatamento. A performance, contudo, reconfigura essa potência: não como arma de destruição, mas como gesto insurgente que convoca à escuta e à recriação de mundos possíveis.

As cosmologias indígenas, evocadas por Krenak, apontam para outro horizonte: o da comunhão com a Terra, compreendida como útero primordial, ventre que gera e



sustenta todas as espécies. Nesse sentido, a performance encarna o que Denzin (2003) define como performatividade crítica: dramatizar contradições sociais para instaurar espaços de escuta, memória e ressignificação.

Reconhecer a condição humana é reconhecer também que a Terra não é recurso, mas mãe; não é mercadoria, mas corpo vivo. Negar essa verdade é negar a nós mesmos. Acolhê-la é integrar-se a um coro maior, em que cada gesto de cuidado, resistência e criação reafirma a urgência de vivermos em comunhão com a Mãe Terra, guardiã e origem de toda vida. Assim, a performance se torna não apenas denúncia, mas ato de esperança, resistência e reinvenção política diante da necropolítica que ameaça a Amazônia e a própria humanidade.

4. REFERÊNCIAS

- DENZIN, Norman. 2003. ***Performance ethnography: Critical pedagogy and the politics of culture*** Thousand Oaks, CA: Sage.
- DENZIN, Norman. 2010. ***The Qualitative Manifesto - A Call to Arms*** Walnut Creek, CA: Left Coast Press.
- MBEMBE, A. (2017). ***Políticas da inimizade***. Lisboa: Antígona.
- MBEMBE, A. (2018). ***Necropolítica***. São Paulo, sp: n-1 edições.
- FOUCAULT, M. (2005). ***Em defesa da sociedade***. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2008a). ***Nascimento da biopolítica***. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- KRENAK, Ailton. ***A vida não é útil***. São Paulo: Companhia das Letras, 2020
- KRENAK, Ailton. ***Futuro Ancestral*** . São Paulo: Companhia das Letras, 2020